

----- **ACTA N.º 6/2009** -----

----- Aos dezoito dias do mês de Março de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

----- Hélder Bruno da Fonseca Gomes; -----

----- José Luís Saúde Cabral; -----

----- Rui Jorge Pinto Correia; -----

----- António Graça Silva. -----

----- A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por fazer referência a uma cerimónia de assinatura de um protocolo relativo a um Contrato Local de Desenvolvimento Social, que decorreu nesta autarquia no dia 7 de Março, com a presença do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Secretária de Estado da Reabilitação, Secretário de Estado da Segurança Social e Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional e que teve como protagonistas a Câmara Municipal de Celorico da Beira, a Segurança Social

e a Associação Desportiva, Cultural e de Melhoramentos de Casas de Soeiro. Questionando em primeiro lugar em que consistia este Contrato Local de Desenvolvimento Social e em segundo lugar, sem colocar em causa o prestígio da Associação de Melhoramentos de Casas de Soeiro, pretendia saber qual o critério de escolha desta Associação em detrimento das outras do concelho. -----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por esclarecer que a génese dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) é promover a inclusão social dos cidadãos, através de acções a executar em parceria. Disse ainda que é um projecto essencialmente direccionado para as famílias e que é extensível a todas as Associações do Concelho, que serão, por sua vez, parceiras da Associação de Melhoramentos de Casas de Soeiro. -----

----- Relativamente à segunda questão do Senhor Vereador disse que já existiram outros protocolos assinados por outras associações do concelho e nunca foram levantadas estas questões, não percebendo o porquê de agora existirem. Mas referindo-se em concreto à Associação de Melhoramentos de Casas de Soeiro esclareceu que a escolha do Executivo recaiu sobre esta Associação, porque preenche todos os requisitos necessários e exigíveis para executar e desenvolver este projecto.-----

----- Referiu que têm feito um trabalho meritório na área social, frisando a título de exemplo que foi a única a fazer distribuição de alimentos para famílias carenciadas.-----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** reiterou que pretendia, somente, saber quais tinham sido os critérios para a escolha desta Associação e que ainda não tinha ficado esclarecido. Referiu que na sua opinião deveria de existir tratamento igualitário entre todas as associações, uma vez que há um número significativo de associações no concelho, que certamente, também cumpriam os requisitos. Considera que estes protocolos deveriam

ser outorgados, depois de terem sido especificados os critérios que sustentaram a decisão.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que esta associação está a representar todas as outras do concelho, com quem irá estabelecer parcerias. Referiu que esta proposta de protocolo foi assinada por três outorgantes, sendo eles, o Instituto de Segurança Social, I.P., a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Desportiva Cultural de Melhoramentos de Casas de Soeiro e que tem como finalidade assegurar a elaboração do Plano de Acção dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social.-----

----- Disse que foram assinados protocolos com outras associações e nunca se levantaram estas questões, que considera não terem qualquer fundamento. Informou que a Associação de Melhoramentos de Casas de Soeiro, enquanto entidade coordenadora local da parceria irá elaborar o plano de acção que será apreciado pelo Conselho Local de Acção Social (CLAS) e ratificado pela Câmara Municipal e posteriormente irá apresentar a candidatura ao ISS,I.P., para aprovação e só depois será formalizado o CLDS, através da celebração de um contrato.-----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a entidade coordenadora local irá executar o plano de acção em conjunto com a Rede Social e o CLAS. Considera que o aspecto mais relevante foi a presença de um Ministro e de três Secretários de Estado que permitiram que o Concelho de Celorico da Beira formalizasse este protocolo de compromisso, que irá permitir uma maior intervenção no concelho, promovendo a inclusão social dos cidadãos. E que a intervenção do Senhor Vereador deveria ter sido nesse sentido, ou seja congratular-se com esta iniciativa.-----

----- Também considera despropositado a celeuma em volta da escolha da associação, até porque existem vários protocolos que já foram

assinados com outras associações, inclusive com a associação, onde o colega de bancada do Senhor Vereador, integra a direcção e nunca nada foi posto em causa. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que tinha ouvido atentamente as intervenções e explicações mas, para uma pergunta simples impõe-se uma resposta simples, que não obteve, porque o que pretendia saber era somente quais os critérios que levaram à escolha. Relativamente às entidades presentes estranhou o facto de só agora começarem a aparecer ou então tratou-se de uma feliz coincidência. -----

----- O Senhor **Vereador António Silva** disse que politicamente entende-se a questão do Senhor Vereador, mas o que importa é a questão de fundo, ou seja o que é um contrato local de desenvolvimento social e tal como o nome indica não se centra numa associação, nem numa freguesia, mas sim localmente e integra todo o concelho. -----

----- Relativamente à escolha desta Associação disse que nem todas as associações têm as características necessárias e o perfil exigido para gerir este projecto, bem como recursos humanos capazes de dar continuidade ao mesmo. Daí a escolha ter recaído naturalmente sobre uma associação que dá estas garantias, caso contrário corria-se o risco de se perder esta oportunidade, que irá permitir uma intervenção de fundo, no concelho, na área social. -----

----- Por último, referiu que este mandato está caracterizado pela passagem de vários Ministros e Secretários de Estado e espera-se que venham muitos mais, porque é sinal que Celorico da Beira está na agenda política dos nossos governantes. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que tinha ficado esclarecido com a resposta do Senhor Vereador António Silva, uma vez que tinha ido

de encontro ao que tinha dito, para uma pergunta simples, uma resposta simples e explicou quais tinham sido os critérios. -----

----- O Senhor **Vereador José Luís** leu a cláusula 5.^a da proposta de protocolo, relativa às obrigações do terceiro outorgante, que se transcreve: -

----- “O terceiro outorgante, enquanto entidade coordenadora local da parceria nos termos da Norma VII, do Regulamento do Programa CLDS, obriga-se a : -----

----- a) Recolher toda a informação necessária à elaboração do Plano de Acção do CLDS; -----

----- b) Garantir a articulação das acções no Plano de Acção; -----

----- c) Identificar potenciais parceiros para o desenvolvimento das acções previstas constantes do Plano de Acção do CLDS; -----

----- d) Dinamizar o processo de articulação dos parceiros com responsabilidades no desenvolvimento das acções; -----

----- e) Promover o processo com vista à selecção do Coordenador Técnico do CLDS; -----

----- f) Apresentar ao Primeiro Outorgante, após aprovação do Plano de Acção, candidatura ao Programa CLDS nos termos do n.º 4, da Norma XI e do prazo previsto no n.º 2, da Norma IX do respectivo Regulamento”. -----

----- Conclui que a Associação vai ter muito trabalho e frisou que todas as acções serão sujeitas à apreciação do CLAS. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por dizer que pelo facto de ser Vice-Presidente da Associação Lageosense não iria tecer nenhum comentário, devido ao cargo que ocupa, sob pena de existir confundimento de interesses, mesmo tendo sido visado na intervenção do Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

----- Continuou dizendo que a única questão que gostaria de formular prende-se com o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho,

pretendendo saber se este deixará de existir com este Plano de Acção, ou se irá ser integrado neste. -----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que os eixos de intervenção continuarão a existir. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** questionou se o Plano de Desenvolvimento Social e mais concretamente os eixos de intervenção tinham uma vigência anual, por triénio ou se seria revista, conforme os casos. -----

----- Deixando como proposta que os eixos de intervenção fossem definidos anualmente e sob proposta do CLAS, uma vez que, assim sendo poderiam ser sujeitos a ajustes e melhoramentos consoante a realidade do Concelho, sendo que um dos eixos de intervenção prioritário seria os comportamentos aditivos. -----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** respondeu que os eixos de intervenção seriam definidos segundo proposta do CLAS e que iriam abordar áreas como o desemprego, o combate à pobreza e a exclusão social. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que tinha recebido um telefonema da autarquia a cancelar uma inauguração, quando de facto, nunca tinha sido sequer, convidado para o evento. Ficou sem saber de que inauguração se tratava, porque no telefonema também não foi especificado. Disse que, efectivamente, mudou de morada, mas que a mesma foi comunicada. Contudo, recebe a correspondência proveniente da Secção de Actas, mas nunca recebe os convites. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que os serviços competentes confirmassem a morada do Senhor Vereador e informou que

se tratava da inauguração dos Espaços Internet de Celorico, Lageosa e Casas de Soeiro, bem como da Casa do Povo de Aldeia da Serra e que o cancelamento do evento se ficou a dever ao facto de ter falecido um munícipe, em Aldeia da Serra. Respeitando desta forma o luto da família. Informou que uma vez que as inaugurações eram todas no mesmo dia, foram todas canceladas, mas que seria marcada uma nova data para os eventos.-----

----- Ficou também esclarecido que a morada do Senhor Vereador, na base de dados da autarquia estava correcta, desconhecendo-se o porquê de não recepcionar a correspondência enviada pelo Gabinete de Comunicação e Marketing. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que a Oposição sempre teve um bom entendimento com este Executivo. No início houve alguns choques de personalidades e de ideias, mas com o passar do tempo essas situações foram-se diluindo, aprenderam a conhecer-se e a respeitar-se mutuamente, o que resultou num agradável exercício de democracia, onde se debatem ideias distintas mas sempre com o objectivo comum de trabalhar em prol do concelho de Celorico. Contudo, na reunião do dia 18 de Fevereiro aconteceu uma situação que ficou registada em acta, embora não tenha ficado tudo o que foi dito, está um resumo e a essência está lá. Situação essa que foi contada fora do órgão com pormenores que não foram ditos e com os quais considera que feriram a cordialidade e o respeito que existia neste Executivo. Frisou que lamenta que assim tenha sido e que não é seu apanágio relatar na praça pública o que se passa nas reuniões de Câmara.-----

----- Disse que se referia em concreto ao facto de os Vereadores da Oposição, na referida reunião, terem questionado sobre o porquê de o sistema de som, para a Feira do Queijo, ter sido contratualizado a uma pessoa em concreto, pretendendo saber quais os critérios usados para a selecção, uma vez que existiam outras possibilidades. Tendo sido

esclarecidos que a pessoa em causa oferecia o preço mais baixo, assim sendo, concordaram que perante esse argumento era lógico que assim fosse, contudo não invalidava que fossem consultados todos os eventuais interessados, até porque tornaria o processo mais transparente.-----

----- Continuou dizendo que deturparam as palavras e contaram uma versão diferente daquela que aconteceu, deixando transparecer que os Vereadores da Oposição eram contra o facto de ter sido contratualizado o som à pessoa em causa. Assim sendo, exigiu que as reuniões de Câmara passem a ser gravadas, para que tudo o que é dito fique registado em acta.

----- Frisou que sempre pautou as suas intervenções pela sinceridade, diz aquilo que pensa, não tem a sua actuação condicionada à política, pelo que pretendeu ser esclarecido, sobre o que de facto aconteceu. -----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que a gravação das reuniões terá que ser sujeita a votação. Relativamente ao assunto em concreto disse que também já aconteceu o contrário e nunca pediu satisfações sobre isso, porque são coisas sem importância. -----

----- Continuou dizendo que o que de facto aconteceu foi que o munícipe em causa o interpelou sobre se a autarquia iria promover mais algum evento e ele lhe respondeu, em jeito de brincadeira, que tinham levado um correctivo dos Vereadores da Oposição e que ele não era o único que prestava esses serviços no Concelho. -----

----- Disse que nunca pensou que esta conversa fosse causar tanta celeuma e não foi dito com um sentido pejorativo, pedindo desculpa pelo facto, até porque não quer de maneira alguma beliscar o bom relacionamento que existe neste Executivo. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que estão em fim de mandato, que existe uma certa amizade entre todos e que em conjunto, sempre trabalharam em prol do concelho, aceita que, às vezes, as coisas

são ditas de uma maneira e as pessoas têm uma tendência para extrapolar.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que com a proximidade das eleições é natural que comecem a acontecer este tipo de situações, mas na sua opinião este episódio, não irá de forma alguma, alterar ou por em causa a harmonia e o respeito que se instalou neste órgão.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que a situação está explicada e sanada e o comportamento da Oposição será o mesmo de sempre. Deixou o repto para que, no futuro, se existir alguma outra situação análoga, que seja discutida com os Vereadores, porque o que é dito nestas reuniões raramente é discutido fora delas. -----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT:**-----

----- **Requerente: “PROJECTLAGE”, Arquitectura e Engenharia, L.da.;**

----- **SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR – IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA – GEOMETRIA DE TRAÇADO (DEZ./2008);**-----

----- **REVISÃO ANUAL DE TODAS AS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA;**-----

----- **REVISÃO ANUAL DAS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA – MUDANÇA DE TITULAR DO CONTRATO;**-----

----- **REVISÃO ANUAL DAS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA;**---

----- **EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ACEITAÇÃO DAS CLÁSULAS CONTRATUAIS;**-----

----- **PEDIDO DE SUBSÍDIO – COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA**

PAROQUIAL DE ALDEIA RICA;-----
----- CENTRO CULTURAL “OS SERRANOS” – FEIRA DOS
SERRANOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO;-----
----- PROJECTO – AÇORES MAIS VERDE – ACÇÃO: DESCOBRIR O
TEIXO E A MAÇA “BRAVO DE ESMOLFE” – APOIO FINANCEIRO;-----
----- ALTERAÇÃO DO INTERIOR DE UM LAR DE IDOSOS – LIGA DOS
NATURAIS E AMIGOS DE PRADOS;-----
----- CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ASSOCIAÇÃO DE
MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DA RATOEIRA;-----
----- ESTÁGIO SHIHAN FUNAKOSHI – PEDIDO DE SUBSÍDIO;-----
----- MAPA DE OBRAS PARTICULARES;-----
----- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL DA
RATOEIRA – PEDIDO DE SUBSÍDIO;-----
----- PROPOSTA ISENÇÃO TAXA PUBLICIDADE PARA
COMERCIANTES DE CELORICO DA BEIRA NO ANO DE 2009;-----
----- CONTRATOS DE COMODATO.-----

----- I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE
QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E NOVE-----

----- Foi presente a acta número cinco, da reunião ordinária do Executivo
de quatro de Março de dois mil e nove, cujo texto foi previamente
distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

----- Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por
unanimidade.-----

----- II - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO-----

----- ASSUNTO: PEDIDO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NA ESTRADA
ALDEIA DA SERRA/SOUTINHO-----

----- Requerente: Junta de Freguesia de Vale de Azares -----

----- Foi presente informação interna do GTM n.º CN 99/2009, datada de 03/03/2009, referindo que tendo esta autarquia recebido um ofício da Junta de Freguesia de Vale de Azares, solicitando a colocação de “sinalização vertical adequada na Estrada do Soutinho, vindo de Aldeia da Serra e na saída do Soutinho a caminho de Aldeia da Serra, em virtude de haver perigo de deslizamento de terras nessa estrada, junto ao chafariz”, informam que após deslocação ao local se verifica que, o muro de pedra existente encontra-se com bastantes “barrigas” tendo havido já derrocadas do mesmo para cima da estrada municipal Aldeia da Serra/Soutinho. -----

----- No que respeita ao outro lado da estrada, o muro de suporte em pedras existentes, não está a fazer em pleno a sua função, pois a terra junto ao alcatrão também já cedeu em certas zonas, havendo perigo para os automobilistas que transitam naquela estrada, bem como, para alguns peões que por ali passem. -----

----- Verificando que existe perigo de ambos os lados da estrada, e que de um lado o perigo é de queda de pedras, e do outro é de precipício devido a desmoronamento da estrada, não existe nenhum sinal vertical que contemple essas duas situações. Foi analisado o sinal A7a (bermas baixas), mas não acham correcta a informação que com ele pretendem dar, pois o significado de berma implica uma faixa de estrada junto à valeta, e ali não é de uma valeta que se trata. Foi analisado o sinal A8 (saída num cais ou precipício) que indica que a via vai terminar num cais ou precipício, o que no local em causa não se verifica, pois a estrada tem continuação quer para o lado de Aldeia da Serra, quer para o lado do Soutinho. -----

----- Foi também analisado o sinal A9 (queda de pedras), mas se apenas for colocado este sinal, não informam dos perigos que podem surgir do outro lado do precipício. Apenas o sinal A29 com a indicação de outros perigos, juntamente com um painel adicional Modelo 14 com os dizeres “QUEDA MURO E/OU BERMA”, poderá indicar ao utente o perigo que poderá encontrar de ambos os lados. -----

----- Além da sinalização vertical e para que possa ser solucionado definitivamente o problema colocado pela Junta de Freguesia de Vale de Azares, e tal como a mesma descreve “... é necessário e urgente que os técnicos dessa autarquia venham avaliar a situação com brevidade, devido à urgência da situação”, pelo que, deverá o assunto ser também encaminhado para a secção de obras municipais para procederem ao estudo e darem andamento à realização de trabalhos de estabilização, quer da plataforma da estrada e sua berma, quer em termos de informação da estabilidade do muro junto do seu proprietário.-----

----- Até que sejam efectuados os referidos trabalhos, deverão ser colocados dois sinais de trânsito A29 + modelo 14, devendo os mesmos ser aprovados em reunião do executivo camarário, cumprindo assim o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, no qual é referido que é da competência da Câmara Municipal, deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

----- **A Câmara deliberou proceder à colocação de dois sinais de trânsito A29 + Modelo 14, para a Estrada Aldeia da Serra/Soutinho, até que sejam efectuados os referidos trabalhos.** -----

----- **Mais deliberou também que este assunto seja encaminhado para a secção de obras municipais para procederem ao estudo e darem andamento à realização de trabalhos de estabilização, quer da plataforma da estrada e sua berma, quer em termos de informação da estabilidade do muro junto do seu proprietário.**-----

----- **ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE BANDAS REDUTORAS DE VELOCIDADE E SINALIZAÇÃO** -----

----- **Requerente: Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Fornotelheiro** -----

----- Em sequência de um ofício da Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Fornotelheiro, solicitando a “colocação de bandas

reduzoras de velocidade na estrada municipal em ambos os sentidos de aproximação ao edifício onde actualmente funciona o Lar de Idosos desta Instituição, de forma a garantir velocidades de circulação dos veículos compatíveis com a proximidade do mesmo, bem como, sinalização adequada de forma a melhorar a segurança rodoviária e pedonal no local”, foi presente informação interna do GTM N.º CN 80/2009, datada de 09/02/2009, referindo que após deslocação ao local verificou-se que, os veículos que entram em Fornotelheiro pelo lado do Espinheiro não encontram qualquer placa de inicio de localidade (N1a), pelo que, não existe qualquer indicação do ponto onde tem inicio a localidade de Fornotelheiro, o que leva a que não possam vigorar as regras previstas para o trânsito dentro da localidade, principalmente a velocidade de 50Km/h, como é definida no D.L. N.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código da Estrada).-----

----- Verificaram também que, de ambos os lados do edifício do lar de idosos, não existe qualquer passeio destinado aos peões, pelo que, mais dificilmente se consegue a segurança de quem por ali passa. -----

----- Sendo o espaço do lar de idosos muralhado a toda a volta, e encontrando-se normalmente sempre com os portões fechados, não vêem razão para serem colocadas bandas redutoras de velocidade, tal como pedido pela Associação de Melhoramentos, desde que, seja posto um sinal A15 de ambos os sentidos, indicando um lugar frequentado por idosos e seja colocada uma placa de inicio de localidade N1a. -----

----- Chamam também a atenção que, a única placa de localidade existente em Fornotelheiro é a que está colocada do lado de Celorico-Gare, não cumprindo a mesma, a legislação aplicável (D.R. N.º 22-A/98 de 1 de Outubro), pelo que, seria aconselhável a colocação de placas de inicio de localidade nas várias entradas da aldeia. -----

----- Assim, face ao exposto, deverão ser colocados dois sinais A15 e três placas de inicio de localidade de Fornotelheiro (N1a). Caso sejam aprovadas a colocação de lombas redutoras de velocidade em ambos os

sentidos junto ao lar de idoso, deverá ser também aprovada a colocação de dois sinais A2a (lomba).-----

----- **A Câmara deliberou aprovar a colocação de dois sinais A15, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados, bem como, a colocação de três placas de início de localidade de (N1a) – Fornotelheiro.**-----

----- **III - SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS**-----

----- **ASSUNTO: ACTUALIZAÇÃO DE TAXAS NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E DE EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

----- Foi presente informação da Secção de Taxas e Licenças, datada de 10/02/2009, remetendo proposta para actualização de Taxas no Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, que se apensa a esta acta (**anexo I**). -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que este regulamento é de 2003 e que deveria ser actualizado anualmente e não tem sido, mas os tempos que atravessamos têm sido difíceis para as famílias, que já fazem um esforço adicional para gerir os seus orçamentos e não queríamos contribuir para penalizar ainda mais a situação. -----

----- Contudo as taxas actuais do Regulamento Municipal da Administração Urbanística e Edificação estão desajustadas da realidade e face a legislação em vigor terão que ser actualizadas. -----

----- Informou que está em curso a elaboração do novo Regulamento de Taxas e Licenças deste Município e que numa próxima reunião irá ser presente uma proposta de alteração de forma a cumprir os requisitos da lei.

----- Relativamente ao Capítulo III e mais concretamente aos destaques, disse que a actual taxa obriga o munícipe a pagar um exagero, por um

destaque de terreno, que na maior parte não tem esse valor. Com esta actualização passa a pagar 0,50€, por metro quadrado, quando pagava 5€.

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que sempre foi contra esta taxa, com este valor, porque tal como disse o Senhor Presidente os terrenos na maior parte das vezes são herdados e o seu valor patrimonial é inferior ao pedido pelo destaque. -----

----- **Nos termos da lei, a Câmara deliberou aprovar a actualização da taxa, referente ao ponto 2, do Capítulo III, relativa ao art.º 17.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, mantendo-se em vigor as taxas que dizem respeito às restantes operações.** -----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

----- **ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA** -----

----- Foi presente alteração do Regulamento para concessão de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal de Celorico da Beira, acompanhada de informação da Secção Administrativa de Taxas e Licenças, datada de 06/03/2009, que fica apensa a esta acta (**anexo II**), dando conhecimento que tendo terminado o prazo de discussão pública, que se iniciou a 23 de Janeiro de 2009, e não tendo sido apresentada nenhuma reclamação ou proposta, submete-se o mesmo à aprovação do Executivo, conforme o disposto na alínea a), do n.º 7, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção e da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da citada Lei. -----

----- **A Câmara deliberou aprovar a alteração do Regulamento para concessão de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal de Celorico da**

Beira e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **IV – LGB** -----

----- **ASSUNTO: CEDÊNCIA DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL** -----

----- Foi presente ofício datado de 04/03/2009, proveniente da LGB, referindo que este grupo é constituído por duas empresas, a LGB empresa especializada em electricidade (baixa e média tensão) e a SURSYSTEMS empresa especializada em segurança electrónica, num total de 25 funcionários, pretendendo alterar a sua sede social, serviços administrativos, armazém e estaleiro, actualmente em Trancoso.-----

----- Desta forma, solicitam a viabilidade de cedência de um terreno para implantação da mesma, na Zona Industrial de Celorico da Beira. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que na sua opinião, a autarquia deve facultar o terreno, mas a um preço simbólico, este e todos os outros, dependendo do projecto que queiram instalar. Considera que, este tipo de pedidos devia ser acompanhados de um projecto económico mais específico possível.-----

----- **A Câmara deliberou ceder um lote de terreno, no Parque Industrial de Fornotelheiro à empresa LGB, solicitando para o efeito, que a empresa comunique à autarquia a área pretendida.**-----

----- **V – ANMP** -----

----- **ASSUNTO: FUNDO PARA O INVESTIMENTO LOCAL** -----

----- Foi presente circular n.º 26/2009–AG, datada de 03/03/09, proveniente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, propondo a aprovação da criação de um Fundo para Investimento Local que inclui a

aprovação de transferências extraordinárias para os Municípios até 770 milhões de euros. Assim o Fundo para o Investimento Local tem por objectivo aumentar o investimento público no âmbito local através do financiamento de novas obras de planeamento e execução em 2009 e que sejam da competência das próprias autarquias locais. Em concreto, com esta medida, pretende-se favorecer os investimentos que contribuam para dinamizar a curto prazo a actividade económica, com impacto directo na criação ou manutenção de emprego. Desta forma, o financiamento previsto neste fundo extraordinário é dirigido aos projectos que impliquem melhoramentos de infra-estruturas, tanto produtivas como de utilidade social.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **VI - ADENE - AGÊNCIA PARA A ENERGIA**-----

----- **ASSUNTO: SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR NOS EDIFÍCIOS - BALANÇO JULHO 2007 A DEZEMBRO DE 2008 PARA O DISTRITO DE GUARDA**-----

----- Foi presente ofício com a referência DE/159, datado de 20/02/2009 em nome da ADENE – Agência Para a Energia, referindo que no final do ano transacto, decorreram os primeiros seis meses de aplicação da 2.ª fase do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior (SCE), em que todos os novos edifícios com pedido de licenciamento ou autorização de construção posterior a 1 de Julho de 2008 estiveram já abrangidos. Agradecem todo o empenho demonstrado pela autarquia de Celorico da Beira, na implementação do SCE no parque edificado nacional e continuam a contar com o contributo da autarquia na contínua melhoria da eficiência energética nos edifícios.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **VII - JUNTA DE FREGUESIA DE CADAFAZ**-----

----- **ASSUNTO: ARRANJOS EXTERIORES DA ENVOLVENTE AOS LAVADORES DE CADAFAZ**-----

----- Foi presente ofício n.º 70, datado de 10/03/2009, proveniente da Junta de Freguesia de Cadafaz, solicitando um subsídio no valor de 8.000€ (oito mil euros), no sentido de ajudar nas despesas, a efectuar com a realização das obras, supra referenciadas. -----

----- **A Câmara deliberou conceder um subsídio no valor de 6.000€ (seis mil euros), à Junta de Freguesia de Cadafaz, para fazer face aos encargos da obra supramencionada.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **VIII - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ULS GUARDA EPE**-----

----- **ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DO LOGÓTIPO DA ULS DA GUARDA EPE**-----

----- Foi presente ofício datado de 10/03/2009, proveniente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., apresentando o Logotipo que identificará oficialmente, e a partir de agora, aquela organização. -----

----- A partir de agora será este o identificador da ULS da Guarda, E.P.E., e das unidades que a integram que, para utilização interna foi personalizado para cada uma delas.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT**-----

----- **Requerente: “PROJECTLAGE”, Arquitectura e Engenharia, L.da.**-

----- Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 06/03/2009, dando conhecimento de que foi requerido pela sociedade “PROJECTLAGE”, Arquitectura e Engenharia, L.da, com sede na Rua

Sacadura Cabral n.º 29, Celorico da Beira, a isenção do pagamento de Imposto Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 43.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho.-----

----- Mais informa que a pretensão da requerente enquadra-se na deliberação da Assembleia Municipal de 16/11/2007 onde é referido que: ---

----- Ficam isentas do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições: -----

----- a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédio urbano situado nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente a primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----

----- b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

----- **A Câmara nos termos do disposto no art. 43.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 53-A/2006 de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a firma “PROJECTLAGE”, PC n.º 507667859, referente ao imóvel sito na Rua Sacadura Cabral n.º 29, registado na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira sob o n.º 162, inscrito na matriz sob o número 1998 – fracção DC. -----**

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR – IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA – GEOMETRIA DE TRAÇADO (DEZ./2008)**-----

----- Foi presente informação datada de 10/02/2009, da Divisão de Planeamento e Urbanismo, relativamente ao assunto em epígrafe, referindo que solicita o EP, Estradas de Portugal, S.A., através do ofício com registo de entrada n.º 566 de 16/01/2009, a formulação de eventuais comentários relativos a “Localização” e “Características Geométricas dos Restabelecimentos Propostos”, enviando para tal as peças escritas e desenhadas anexas à presente informação. -----

----- Após análise dos elementos enviados, informa-se: -----

----- Na área do Concelho de Celorico da Beira existem três tipologias de geometria de traçado:-----

----- - o IP2 (Trancoso – Celorico), propriamente dito; -----

----- - a Ligação do IP2 à EN102; -----

----- - a Beneficiação da EN102. -----

----- Na área do concelho estão previstos dois nós de ligação, conforme indicado nas peças desenhadas recepcionadas, o nó de ligação a Celorico da Beira (entrada/saída do IP2) e o nó com o Caminho Municipal n.º 1101 na ligação da EN102 com o IP2 e que servirá essencialmente o Baraçal e a Cortegada. -----

----- A ligação entre o IP2 e a EN102 tem previstas três passagens inferiores (P.I.14, P.I.15, P.I.16) e duas passagens superiores nos nós de ligação atrás referidos.-----

----- O ponto de ligação na EN102 far-se-á através de uma rotunda, onde terá início a beneficiação da EN102 até à Vila de Celorico. -----

----- A extensão da EN102, a beneficiar, terá características de via urbana, devido à já existente ocupação urbana lateral que impede a alteração da situação actual.-----

----- A geometria do traçado é o referido no quadro, para cada troço (IP2, ligação do IP2 à EN102 e Beneficiação da EN102).-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- REVISÃO ANUAL DE TODAS AS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA -----

----- Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 17/03/2009, dando conhecimento que o Gabinete de Acção Social procedeu à revisão anual de todas as isenções do pagamento de água, de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Capítulo VII, artigo 46º. -----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- REVISÃO ANUAL DAS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA – MUDANÇA DE TITULAR DO CONTRATO-----

----- Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 17/03/2009, referindo que no âmbito da revisão anual das isenções do pagamento de água, a Sr.ª D. Mabilia da Silva Maria, viúva, residente no Espinheiro, freguesia do Fornotelheiro vem solicitar a isenção do pagamento da mudança de titular do contrato de água, visto o seu marido Sr. António Cruz ter já falecido. -----

----- De acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Capítulo VII, artigo 46.º, n.º 4, a Câmara deliberou conceder a isenção do pagamento da mudança de titular do contrato de água, à Sr.ª D. Mabilia da Silva Maria. -----

----- REVISÃO ANUAL DAS ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE ÁGUA-----

----- Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 17/03/2009, informando dos pedidos de isenção do pagamento de fornecimento de água: -----

Nome	Idade	Freguesia	Rendimentos
António Fonseca Bernardo	63	Baraçal	338,39€
Maria José Lima Patrocínio	71	Minhocal	243,33€

Natália Saraiva Bento	66	Mesquitela	271,40€
-----------------------	----	------------	---------

----- Informou também dos pedidos de isenção do pagamento de fornecimento de água, do pagamento de colocação de contador e taxa de ligação:-----

Nome	Idade	Freguesia	Rendimentos
Maria de Jesus Gomes	83	Maçal do Chão	215,56€
Laurinda Borrego da Veiga	86	Prados	224,62€

----- **A Câmara deliberou isentar do pagamento de fornecimento de água até ao limite máximo de 5 m³, o Senhor António Fonseca Bernardo e as Senhoras Maria José Lima Patrocínio e Natália Saraiva Bento, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

----- **Mais deliberou também conceder a isenção de taxa de ligação do contador no valor de 53,00€ e isentar do pagamento de fornecimento de água até ao limite máximo de 5 m³, as Senhoras Maria de Jesus Gomes e Laurinda Borrego da Veiga, com base no Capítulo VII, Bonificações - artigo 46º - Isenções, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

----- **EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**-----

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi presente contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, no montante até 618.000€, para aprovação das cláusulas contratuais, que fica apenso a esta acta (**anexo III**).-----

----- **A Câmara deliberou aprovar as cláusulas contratuais referentes ao contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, no montante até 618.000€ (seiscentos e dezoito mil euros).**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PEDIDO DE SUBSÍDIO – COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALDEIA RICA-----

----- Foi presente ofício, da Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Aldeia Rica, solicitando um subsídio para a substituição do tecto e do coro da Igreja, visto estes estarem deteriorados, assim como, para a lavagem do telhado e substituição das telhas danificadas. -----

----- **A Câmara deliberou atribuir um subsídio no montante de 13.662,00€ (treze mil, seiscentos e sessenta e dois euros), à Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Aldeia Rica, para a realização da referida obra.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

CENTRO CULTURAL “OS SERRANOS” – FEIRA DOS SERRANOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

----- Foi presente ofício datado de 09/03/2009, do Centro Cultural “Os Serranos”, informando que vai levar a efeito nos dias 27, 28 e 29 de Março do corrente ano, mais uma Festa do Queijo da Serra, em Newark e Danbury, respectivamente, dando assim sequência a uma tradição de 25 anos. -----

----- Convidam também o Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo a estarem presentes na Feira dos Serranos, solicitando ainda, um subsídio no valor de 750€.-----

----- **A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 750€ (setecentos e cinquenta euros), ao Centro Cultural “Os Serranos”, para o evento “Feira dos Serranos”.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- PROJECTO – AÇORES MAIS VERDE – ACÇÃO: DESCOBRIR O TEIXO E A MAÇA “BRAVO DE ESMOLFE” – APOIO FINANCEIRO -----

----- Foi presente informação datada de 18/03/2009, do Gabinete Técnico Florestal, referindo que através do ofício proveniente da ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda, foi solicitado apoio da Câmara Municipal para o projecto “Açores mais verde”, a realizar pelo curso EFA de Jardinagem e espaços Verdes, actualmente a decorrer em Açores. -

----- O projecto pretende envolver a Câmara Municipal de Celorico da Beira, a ADAG e as Escolas da aldeia de Açores. O objectivo é desenvolver o conhecimento da flora autóctone, integrar espécies autóctones no espaço verde e a sua multifuncionalidade. -----

----- A acção consiste no desenvolvimento de trabalhos práticos ao nível da propagação do teixo e maça bravo de esmolfe, plantação destas espécies, sua integração na paisagem e importância no ecossistema. No final será realizada uma exposição dos trabalhos. -----

----- Para a concretização do projecto solicitam um apoio financeiro de 250€, para aquisição de 10 árvores, placas identificativas das espécies, 4 regadores, casca de pinheiro, livros para crianças alusivos ao tema a tratar, protectores para as árvores, camisolas. -----

----- Face ao exposto, julga-se que esta acção poderá contribuir para sensibilizar a comunidade e especialmente as crianças para a preservação das espécies autóctones e para desenvolver parcerias no que respeita à transmissão de conhecimentos teóricos e práticos relativos ao meio ambiente. Poderá servir ainda como ponto de partida para futuras colaborações no âmbito do curso EFA, nomeadamente a colaboração dos formandos na realização de intervenções práticas nos espaços verdes do concelho. -----

----- **A Câmara deliberou atribuir um subsídio no montante de 250€ (duzentos e cinquenta euros), à Associação Distrital dos Agricultores da Guarda, para o projecto – Açores mais verde.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ALTERAÇÃO DO INTERIOR DE UM LAR DE IDOSOS – LIGA DOS NATURAIS E AMIGOS DE PRADOS**-----

----- Foi presente o requerimento n.º 183, datado de 17/03/2009, em nome da Liga dos Naturais e Amigos de Prados, pretendendo a requerente a isenção do pagamento de taxas para o projecto de arquitectura, sita em Prados, Freguesia de Prados, Concelho de Celorico da Beira.-----

----- Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, os serviços informam que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

----- *“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.*-----

----- **A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, o projecto de arquitectura referente à alteração do interior de um Lar de Idosos, da Liga dos Naturais e Amigos de Prados.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DA RATOEIRA**-----

----- Foi presente o requerimento n.º 180, datado de 17/03/2009, em nome da Associação de Melhoramentos da Freguesia da Ratoeira, pretendendo o requerente a isenção do pagamento de taxas para o projecto de

arquitectura, sita em Ratoeira, Freguesia de Ratoeira, Concelho de Celorico da Beira. -----

----- Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, os serviços informam que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

----- *“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.* -----

----- **A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, o projecto de arquitectura referente à construção de um Lar de Idosos, da Associação de Melhoramentos da Freguesia da Ratoeira.** -----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

----- **ESTÁGIO SHIHAN FUNAKOSHI – PEDIDO DE SUBSÍDIO** -----

----- Foi presente ofício n.º 01/09, proveniente do Karate-Do Portugal, solicitando um subsidio no montante de 600€ (seiscentos euros), a fim de custear parte dos custos que tem a Associação com a deslocação do Shilan. -----

----- **A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 600€ (seiscentos euros), ao Centro de Artes Marciais da Guarda.** -----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

----- **MAPA DE OBRAS PARTICULARES** -----

----- A Câmara tomou conhecimento do mapa número 5, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo IV**).-----

----- **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL DA RATOEIRA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** -----

----- Foi presente ofício datado de 16/03/2009, em nome da Associação Desportiva Recreativa Cultural da Ratoeira, referindo que no seguimento do contrato programa – Medida 1 – 3.ª Fase “Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas”, N.º 371/2008 “Requalificação dos Balneários e Conservação do Complexo Desportivo da Ratoeira, da Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Ratoeira, assinado entre a referida Associação e o Instituto de Desporto de Portugal, IP, cuja importância é de 19.047,03€, solicitam um subsídio no valor de 11.047,03€, para a conclusão da referida obra, uma vez que não dispõem de fundos suficientes para cumprir o respectivo contrato. -----

----- **A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 11.047,03€ (onze mil, quarenta e sete euros e três cêntimos), à Associação Desportiva Recreativa Cultural da Ratoeira, para a conclusão da referida obra.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **PROPOSTA ISENÇÃO TAXA PUBLICIDADE PARA COMERCIANTES DE CELORICO DA BEIRA NO ANO DE 2009** -----

----- Pelos Senhores Vereadores do PSD, foi presente uma proposta que se anexa a esta acta (**anexo V**), e que de seguida se transcreve: -----

----- “1 – Os Vereadores do PSD consideram importante a regulamentação desta e outras actividades para um melhor funcionamento e desenvolvimento da actividade económica do concelho e por isso votaram

favoravelmente a aplicação do novo regulamento de publicidade e respectivas taxas. -----

----- 2 – Consideram ainda, que as taxas aplicadas situam-se em alguns casos, abaixo das taxas praticadas noutros concelhos do distrito e do país. -

----- 3 – No entanto e percebendo as dificuldades económicas que os comerciantes do nosso concelho atravessam, associadas ao desinvestimento que estão a fazer em publicidade luminosa dos seus estabelecimentos, propõem a partir do mês de Abril e até ao final do ano a isenção deste tipo de taxa (painéis luminosos ou directamente iluminados) para que o nosso concelho venha a ter um efeito visual diferente e que sirva de incentivo para a promoção da comercialização no nosso concelho.” -----

----- Relativamente à proposta apresentada, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que a autarquia iria abrir um concurso para rever e actualizar as taxas da autarquia, em função da lei em vigor e que nessa altura poderiam incluir a proposta apresentada. Contudo, alertou para o facto de a proposta se referir ao ano de 2009 e neste momento a maioria das taxas já foram pagas. Referindo que, administrativamente seria muito difícil de formalizar a proposta apresentada, bem como, o facto de a lei não permitir isenções. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que a proposta se refere somente aos painéis luminosos e para o ano em curso. Mas se efectivamente as taxas são anuais e já foram pagas, teriam que analisar o assunto. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que na sua opinião as taxas pagas por estes formatos de publicidade lesam os comerciantes e os munícipes, porque aos poucos foram sendo retirados e as ruas foram ficando mais escuras e mais sombrias, tornando-se, mesmo, mais perigosas. -----

----- Nesta perspectiva considera que a proposta apresentada faz todo o sentido e que deveria ser extensível ao ano de 2010. -----

----- O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que em termos de receituário, embora não sendo um valor muito significativo, o seu somatório é expressivo e a autarquia não pode de um momento para o outro subtraí-lo às contas do município. -----

----- Propõe que a seja analisado o documento e seja efectuada uma contra-proposta para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

----- **A Câmara deliberou analisar a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD.**-----

----- **MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO – CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA - CADAFAZ**-----

----- Foi presente proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto em título, submetendo para aprovação a minuta do contrato supra identificado, que se transcreve:-----

----- “Como é do conhecimento do Executivo Municipal no âmbito da reforma da reorganização da rede escolar, levada a efeito pelo Ministério da Educação, ficaram devolutos alguns edifícios onde funcionavam Escolas Primárias. -----

----- Considerando que a Junta de Freguesia do Cadafaz solicitou, oportunamente a cedência do edifício escolar da freguesia, sito na mesma aldeia; -----

----- Considerando que tais instalações se destinam a fins de utilidade pública;-----

----- Considerando que, no intuito de se salvaguardar os interesses das partes, envolvidas, tem-se adoptado a celebração de “contratos de comodato”, cuja matriz se anexa à presente proposta, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias; --

----- Considerando que no âmbito das atribuições e competências previstas respectivamente na Lei 159/99 e 169/99 e ulteriores alterações, não se vislumbra qualquer inconveniente na satisfação do pedido formulado pela Junta de Freguesia.-----

----- Atendendo às razões de facto de direito acima expostas, sugeri ao Executivo Camarário a seguinte proposta: -----

----- 1. Que seja aprovada a minuta do “contrato de comodato” a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia do Cadafaz. -----

----- 2. Para o efeito, que seja legitimado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, proceder à outorga do referido documento”. -----

----- Foi também presente minuta de contrato de comodato, que fica apenso a esta acta (**anexo VI**), a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia do Cadafaz, referente à cedência das instalações da antiga Escola Primária do Cadafaz, para desenvolvimento de actividades de âmbito social, cultural, por um período de cinco anos, renováveis por iguais períodos de tempo.-----

----- **A Câmara deliberou aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e Junta de Freguesia do Cadafaz.** -----

----- **Mais deliberou legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.** -----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Eram dezanove horas e dez minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se

lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

